

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: ensino híbrido e a precarização do trabalho docente

A pandemia de covid-19, que no Brasil já dura mais de um ano, trouxe enormes desafios para o pensar e o fazer na educação. O número de aluno(a)s sem acesso ao ensino na educação básica aumentou significativamente e personagens do campo educacional – e até de fora dele – foram convocados a pensar mecanismos para sanar as principais dificuldades que nesse contexto se apresentaram. Nesse lastro, uma das principais estratégias para a resolução das questões foi a implementação em larga escala do ensino remoto. Alardeado como o único meio de retomar as atividades escolares, o ensino remoto apresentou-se, em muito pouco tempo, como uma ideia frustrada, tendo em vista que grande parte do corpo docente não possuía meios de acesso à educação à distância.

Mesmo em meio a tantas críticas, a ideia não foi abandonada. Com menos recursos que as escolas privadas, mas também com maior autonomia em relação às demandas econômicas imediatas – como os interesses dos responsáveis que pagam mensalidades – e com maior capacidade histórica de resistência política, as escolas da rede pública e seus agentes conseguiram resistir por mais tempo à adoção de tal modelo. Mas com o passar do tempo e a demora no fim da pandemia, também foram obrigados a sucumbir ao ensino remoto. A separação e as diferenciações entre o ensino público e privado tornaram-se ainda mais evidentes.

Na rede privada de educação básica, o que se verifica é uma corrida desenfreada na adoção de mecanismos que criem uma imagem mais próxima possível da normalidade e, nesse sentido, o plano de ensino remoto sofreu alterações tornando-se híbrido, ou seja, parte à distância e parte presencial.

O objetivo deste movimento está em evitar a falência das instituições com a perda de aluno(a)s e a inadimplência, o que já vem ocorrendo desde 2020 conforme pesquisa realizada pela organização sem fins lucrativos União pelas Escolas Particulares de Pequeno e Médio Porte e publicada pelo Jornal Folha de São Paulo (MATTOS, 2020). De acordo com a pesquisa, intitulada “Megatendências – As Escolas Brasileiras no Contexto do Coronavírus”, já em maio de 2020, 40% das instituições de ensino já haviam sido atingidas pela queda na arrecadação e entre 30% e 50% das escolas particulares de pequeno e médio porte já estavam sob o risco de falência.

Dentre tantas questões que a educação vem enfrentando durante esse período – algumas novas e outras antigas, porém agravadas – no presente texto gostaríamos de refletir sobre os impactos desta conjuntura no trabalho docente, sobretudo acerca da incorporação massiva de artefatos tecnológicos digitais.

Professora da rede pública e privada de educação básica, em ambos os espaços precisei me adaptar ao uso de tecnologias digitais. Planejamento de aulas para serem realizadas de forma remota e por plataformas de vídeo, gravações e edições de videoaulas e lives são algumas das funções que precisamos aprender, para as quais não estávamos preparados e também não contamos com suporte material ou de capacitação pelas instituições. O uso dos nossos materiais pessoais como computadores, celulares e internet, sem nenhum adicional, assim como ter nossos espaços privados transformados em locais de trabalho e expostos em redes, como nossas próprias casas, também são elementos que fazem parte das alterações e configuram uma nova forma do trabalho docente.

Contudo, foi na rede privada que vivi a situação mais incômoda da educação na pandemia. A escola onde dou aula, como tantas outras, adotou o ensino híbrido, onde o(a)s aluno(a)s revezam entre aula presencia e remota para reduzir o número de pessoas em sala de aula. Isso significa que o(a)s professore(a)s estão tendo que dar aula presencialmente, mas transmitindo simultaneamente suas aulas por plataformas digitais. Para tal, na maioria das vezes utilizam seus próprios aparelhos celulares e até sua internet para garantir que todos possam ter acesso a aula, mas sem nenhum suporte ou retorno das instituições de ensino.

Todos os elementos apresentados até aqui objetivam ensejar uma reflexão: a educação na pandemia tem representado perdas para toda comunidade escolar e para o(a)s professore(a)s não está sendo diferente. O trabalho docente vem acumulando funções e perdendo direitos, tornando-se cada vez mais precarizado. Assim, o reconhecimento deste processo é urgente para que as perdas não sejam definitivas e a educação, uma vez mais, atingida e fragilizada.

Referências:

MATTOS, Laura. Risco de falência atinge metade das escolas pequenas e médias do Brasil, diz pesquisa. Folha de São Paulo: São Paulo. 1º de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/risco-de-falencia-atinge-metade-das-escolas-pequenas-e-medias-do-brasil-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

Sobre a autora:

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Mestre e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Email: livia.mourino@gmail.com